

Luís Paulo Saldanha Martins *

Em torno de uma ruralidade em regressão e sobre um processo de concentração urbana – a população do Norte Interior**

O Norte Interior¹ perdeu 29% da sua população residente entre 1960² e 1991. Esta tendência para o esvaziamento populacional, de acordo com as estimativas divulgadas pelo INE³, manteve-se ao longo da década de 90 com diminuições médias anuais próximas dos 0,6%.

Em termos absolutos, Trás-os-Montes e Alto Douro registou uma quebra superior aos 200.000 habitantes desde o recenseamento de 1960. As perdas relativas registadas no plano populacional talvez sejam, contudo, mais significativas do que este valor e, pelo menos desde o primeiro censo organizado com base estatística, a região vem a perder importância, tanto face a Portugal Continental como face ao Norte⁴. Em 1864, a população da região correspondia a 13% de Portugal Conti-

* Geógrafo, docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

** O presente texto foi elaborado com o intuito de proporcionar um conjunto de vertentes de discussão, no âmbito de uma colaboração prestada no Projecto Praxis XXI – 2/2.1/CHS/866/95, «Declínio Populacional no espaço rural transmontano: estudo das suas causas e análise do papel das novas actividades, agrárias e não agrárias, na criação de emprego» da UTAD.

¹ A amplitude territorial considerada abrange os concelhos das Nut's Alto Trás-os-Montes e Douro e pelos concelhos de Mondim de Basto e Ribeira de Pena da Nut Tâmega, integrantes do Distrito de Vila Real. Respeitando o instituído serão utilizadas com frequência ao longo do texto as designações Trás-os-Montes e Alto Douro.

² O valor mais elevado de população residente, para a totalidade da área considerada, foi registado no recenseamento de 1960.

³ No *Anuário Estatístico da Região do Norte – 1997*, os valores indicados pelo Instituto Nacional de Estatística para as Nut's Alto Trás-os-Montes e Douro perfazem 460560 habitantes contra 473963 de 1991. Por outro lado, a actualização do Recenseamento Eleitoral, levada a cabo em meados de 1998, permite verificar perdas muito significativas no Norte Interior, essencialmente na Nut Alto Trás-os-Montes, facto que poderá contribuir para corroborar esta tendência.

⁴ Entendido aqui como correspondente aos limites da NUT II.

mental⁵ e a 31% do Norte, em 1960, os valores eram de, respectivamente, 8% e 22%, enquanto, em 1991, a continuação do processo de litoralização projectava para valores ainda mais baixos esta relação percentual, passando a representar apenas 5% da população de Portugal Continental e 14% da do Norte do País. Assim, um primeiro destaque emerge, desde logo, da materialização do esvaziamento: ainda que as perdas populacionais absolutas sejam expressivas e correspondam a um processo referenciável e vivido pelas gerações actuais, a diminuição de importância relativa acentua-se, seguramente, desde a segunda metade do século passado.

Trás-os-Montes e Alto Douro, pela extensão e pelas características muito diversificadas que singularizam as sub-regiões⁶, tanto nos domínios físico como humano, apresenta também ao nível da população grandes diferenças na distribuição espacial e nos ritmos e sentidos de evolução. A partir da utilização de informação disponível para as circunscrições administrativas concelho e freguesia, as diferenças apresentam-se particularmente evidentes: ao nível dos concelhos individualizam-se aqueles com maior dimensão, com centralidades mais elevadas, o que decorre em parte das melhores acessibilidades e do perfil funcional essencialmente de vertente administrativa, capazes de resistir ao esvaziamento, enquanto, por outro lado, os concelhos de menor dimensão e mais periféricos continuam a perder população, pelo que a desertificação parece cada vez mais inevitável e irreversível; as freguesias, por seu turno, permitem descortinar comportamentos intraconcelhios onde prevalecem dinâmicas centrípetas, ocupando as sedes de concelho os focos da vida social, económica e administrativa, enquanto o restante território concelhio vai sucessivamente perdendo população [ver gráfico 1].

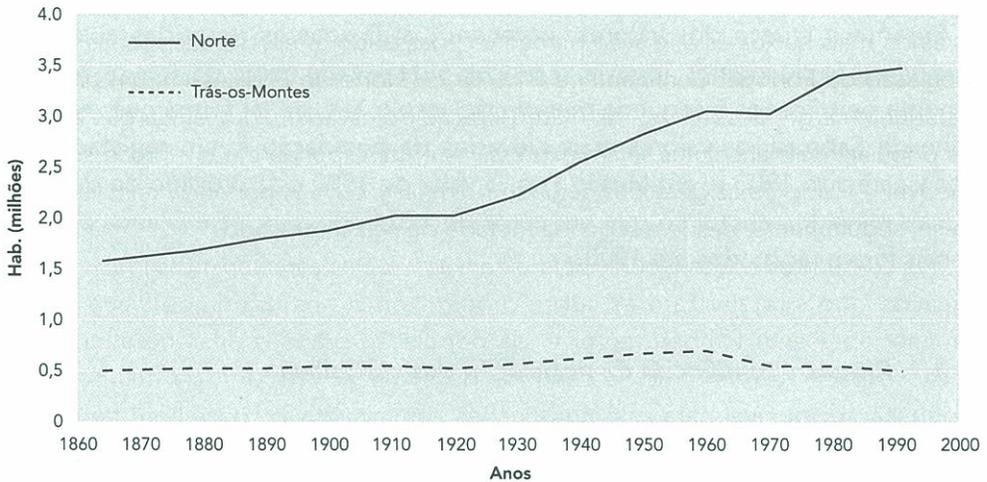
Perante as tendências verificadas, que seguramente terão sido agudizadas no decorrer dos anos noventa, e poderão tornar absolutamente irrelevantes alguns dos conteúdos vertidos neste texto por desactualização de grande parte da informação disponível, seria normal encontrar sintomas do processo em curso, nomeadamente ao nível da diminuição das taxas de natalidade e do aumento da mortalidade, do desequilíbrio da estrutura etária da população ou da diminuição da população activa e do aumento dos pensionistas. Todos estes elementos, e outros, estão presentes, acentuando a dimensão e amplitude das alterações da população de Trás-os-Montes e Alto Douro.

⁵ Trás-os-Montes e Alto Douro abrange cerca de 14% do território de Portugal Continental.

⁶ Como foram definidas por Amorim Girão no *Esboço duma Carta Regional de Portugal*, de 1930.

Em torno de uma ruralidade em regressão e sobre um processo de concentração urbana

Gráfico 1 – Evolução da população em Trás-os-Montes e Alto Douro e Norte de Portugal, entre 1964 e 1991



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

1. DINÂMICAS TERRITORIAIS E TEMPORAIS

A configuração territorial do Norte Interior, ou melhor, a leitura simplificada da área, aparece insistentemente associada à sedução que as suas paisagens pujantes exercem, manifestando-se sobretudo pelos contrastes entre as serranias agrestes e a benignidade dos vales e veigas férteis dos afluentes do Douro. Desde o século passado esta compartimentação comanda a distribuição espacial da população, com áreas de maior concentração no eixo Vila Real – Régua – Lamego e áreas limítrofes, as portas do Douro agrícola, na veiga de Chaves, no Vale da Vilarça ou nos vales dos rios Rabaçal ou Tuela. Já então, com uma importância de contornos imprecisos, o comboio parece contribuir para o consolidar das áreas mais populosas, afeiçoando as concentrações populacionais ao traçado das linhas. Nestas áreas, encontra-se a grande maioria dos concelhos de maior dimensão populacional, que cumulativamente apresenta, também na actualidade, as maiores densidades populacionais, ainda que registem perdas populacionais desde os anos 50 e 60 e muito especialmente entre 81 e 91.

Globalmente, Trás-os-Montes e Alto Douro atingiu os valores populacionais mais elevados em 1960, ou seja, em 100 anos, desde 1864, terá aumentado cerca de 40%. Em trinta anos, até 1991, perdeu esses ganhos e as estimativas do INE avançam valores significativamente inferiores para 1996. Através da variação dos valores da população por concelho, verifica-se que o ponto de viragem poderá estar ao longo dos anos cinquenta, já que 18 concelhos (num total de 35) e 218

freguesias (contra 204 em 1960, num total de 711) atingiram os máximos populacionais em 1950.

Perante a crueza dos valores, parecem justificadas as repetidas alusões à desertificação do interior. Todavia, o processo de esvaziamento de Trás-os-Montes remonta pelo menos à segunda metade do século XIX, de tal forma que, no concelho de Sabrosa, os valores mais elevados da população foram registados no recenseamento 1900 e, em Mesão Frio, o valor de 1890 está próximo do de 1940 (o mais elevado), enquanto que em cerca de 120 freguesias, os máximos populacionais foram registados até 1900.

1.1. Ritmos e tendências da população dos concelhos

Todos os concelhos do Norte Interior perderam população depois das décadas de cinquenta e sessenta. Apesar disso, talvez faça sentido referir que uns resistiram um pouco melhor ao esvaziamento populacional, enquanto outros, pela dimensão que o processo atingiu, terão dificuldade em inverter a situação e recuperar limiares de equilíbrio, pelo menos no quadro das soluções implementadas mais recentemente, sendo particularmente difícil, não só pela ausência de meios, encontrar soluções para os efeitos da sangria a que se assistiu nas últimas décadas. Veja-se que, só entre 1981 e 91, concelhos como Mogadouro, Montalegre, Sabrosa, Torre de Moncorvo, Carrazeda de Ansiães, Vimioso ou Vinhais, perderam cerca de 1/5 da população.

Perante as dinâmicas instaladas, mas também a partir do precipitado social e económico que enforma a evolução de Trás-os-Montes e Alto Douro, parece ser possível identificar realidades contrastadas que configuram um quadro territorial consolidado ainda que susceptível de absorver as rápidas alterações em curso. Por um lado, encontra-se um longo e matizado processo evolutivo de matriz rural-agrícola, uma hierarquia urbana onde se foram destacando as sedes de distrito, em grande medida através do reforço do perfil funcional, e os centros de negócios de base económica agrícola ou comercial de fronteira. Por outro, evidenciam-se as novas acessibilidades, que apagaram rituais de viagem com décadas de existência, que fazem desaparecer linhas férreas e votam ao abandono estações e apeadeiros, que encurtam o espaço transmontano, e alimentam afinal o reordenamento do território. A reconfiguração em curso, entre outros efeitos, manifesta-se ao nível da importância relativa dos concelhos em termos populacionais mas também económicos, desenvolvendo maiores ou menores apetências para tentar incorporar e tirar partido das mudanças em curso e das anunciadas.

Entre as variações detectadas à escala do concelho, evidencia-se claramente o processo de urbanização, que adquiriu sobretudo importância a partir dos anos 60.

Em torno de uma ruralidade em regressão e sobre um processo de concentração urbana

Nos concelhos que albergam cidades de maior dimensão, ainda que também vejam a respectiva população diminuída, as variações são significativamente menores, enquanto nos concelhos predominantemente rurais, onde a sede de concelho tem dimensões reduzidas, as diminuições atingiram até 50% da população, em pouco mais de três décadas, tendência que não pareceu atenuar-se nos últimos anos.

Numa leitura sumária da variação da população por concelho, verifica-se uma grande uniformidade de comportamentos, com ritmos e tendências semelhantes até às décadas de 50 e 60, período em que a maioria dos concelhos atingiu o máximo populacional. São especialmente visíveis as perdas registadas no recenseamento de 1920, justificadas genericamente pelo aumento da mortalidade decorrente da epidemia de gripe «pneumónica» e da 1ª Grande Guerra e pela emigração, a par do aumento registado nos anos trinta e quarenta, associável à retração da emigração. Com as variações negativas registadas a partir dos anos sessenta, distinguem-se em particular dois grandes grupos, um com variações inferiores a -20%, que, à excepção de Tarouca, compreende os concelhos mais populosos, e outro composto por concelhos com variações superiores a -40%, a maioria dos quais possui uma dimensão populacional relativamente pequena.

A dinâmica verificada nos concelhos não é todavia esclarecedora acerca do comportamento interno dessas circunscrições administrativas, não se devendo, por isso, escamotear uma realidade distinta daquela que resulta da análise da população por freguesia.

Gráfico 2 – Evolução da população dos concelhos com uma variação inferior a -20% entre o valor máximo registado e 1991

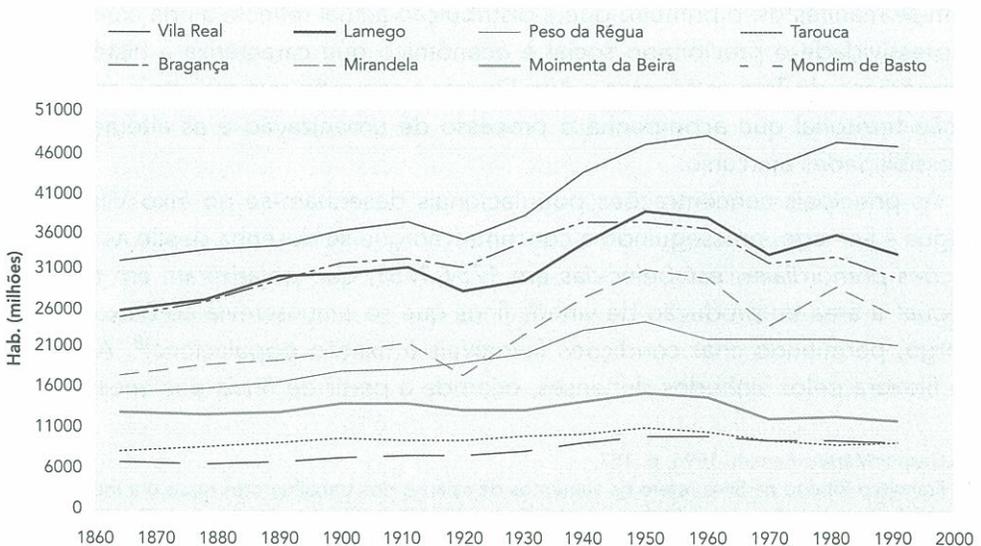
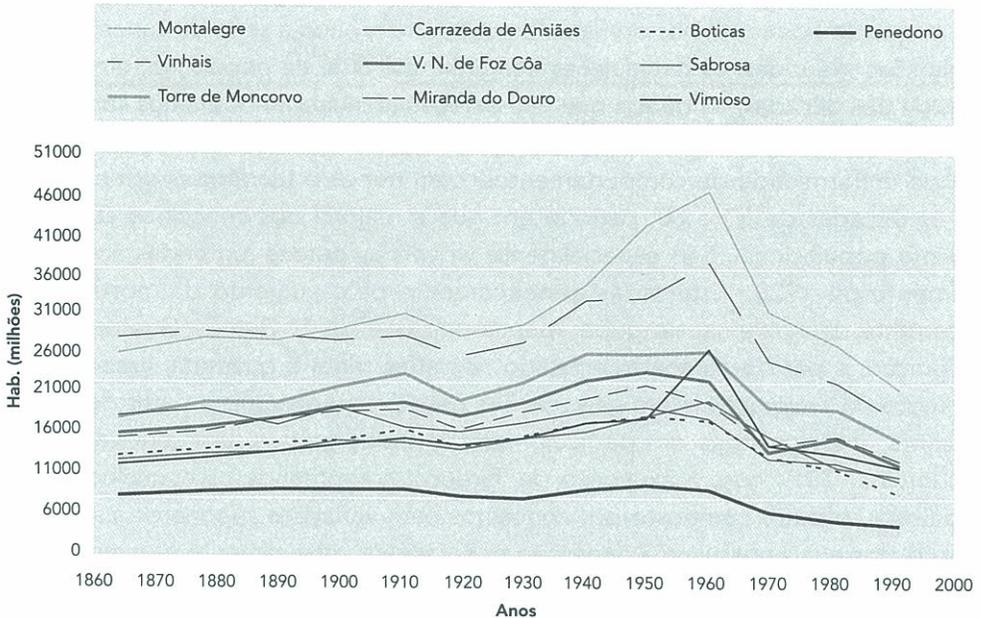


Gráfico 3 – Evolução da população dos concelhos com uma variação superior a -40% entre o valor máximo registado e 1991



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

1.2. Ritmos e tendências da população das freguesias

A partir da análise da evolução populacional das freguesias, dois aspectos tornam-se manifestos: o primeiro que a distribuição actual reflecte ainda com grande impressividade o precipitado social e económico que caracteriza a história contemporânea de Trás-os-Montes e Alto Douro; o segundo que reflecte a reconfiguração territorial que acompanha o processo de urbanização e as alterações nas acessibilidades em curso.

As principais concentrações populacionais desenham-se no eixo Vila Real – Régua – Lamego, prosseguindo a concentração que se desenha desde as «*demarcações primordiais*», estabelecidas em 1757-1761, que polarizaram em torno da Régua⁷ a área de produção de vinhos finos que se circunscrevia ao Baixo e Cima Corgo, permitindo criar condições favoráveis à fixação populacional⁸. A difusão da filoxera pelos vinhedos durienses, ocorrida a partir de finais dos anos 60⁹ e a

⁷ Gaspar Martins Pereira, 1996, p. 157.

⁸ Francisco Ribeiro da Silva refere os aumentos de salários dos trabalhadores rurais e a melhoria das condições laborais a partir da demarcação. De qualquer forma, enquanto a população do País crescia a bom ritmo, a população duriense pouco aumentava. Francisco Ribeiro da Silva, 1996, p. 116.

⁹ A identificação dos primeiros focos de filoxera no Douro ocorreu por finais dos anos 60 do século

Em torno de uma ruralidade em regressão e sobre um processo de concentração urbana

recessão económica subsequente, terá contribuído fortemente para o início da sangria populacional, que teve como consequência mais evidente o facto de 117 freguesias terem começado a perder população ainda antes do virar do século.

A fertilidade de outras áreas como as veigas dos afluentes do Douro, do Tâmega ao Tua, dão igualmente lugar a outras concentrações populacionais. Entre elas, surgem evidências das ligações ferroviárias, traços de união que ajudam a compreender densidades populacionais mais elevadas nas freguesias servidas pelo comboio. Duma maneira geral, contrastam com as áreas mais montanhosas e/ou mais periféricas, onde as densidades populacionais são francamente baixas, normalmente inferiores a 30 habitantes por quilómetro quadrado.

As tendências mais recentes apontam para um processo que, apesar de deter escalas diferentes, no essencial se reproduz em grande número de concelhos do Norte Interior, bem como no resto do país de dominante rural: a par do esvaziamento de muitas freguesias, as urbanas ou as ocupadas pelas sedes de concelho, quando não aumentam, pelo menos ganham uma clara importância relativa.

Assiste-se, assim, a um reforço do peso dos aglomerados, não só pela importância do perfil administrativo, mas também pela existência consolidada do tecido comercial e de serviços pessoais, domésticos e às empresas. Ainda que mitigado, este processo de urbanização adquire melhor expressão e maior destaque nas localidades que albergam as sedes de distrito, ou por corresponderem a níveis superiores na hierarquia dos serviços públicos, a exemplo da saúde, de serviços administrativos supra municipais ou do ensino superior. Em especial os serviços públicos têm contribuído fortemente para o reforço da urbanidade ao longo das décadas de oitenta e noventa, continuando um processo desencadeado na década de sessenta onde outros elementos poderão igualmente ter desempenhado papéis essenciais, a exemplo do crescimento da dimensão dos quartéis com o desencadear da guerra colonial.

Da leitura dos valores da população por freguesia, verifica-se que a grande maioria atingiu os valores mais elevados nos recenseamentos de 1950 e 1960, enquanto em 1991 tal facto acontecia apenas em 29 freguesias, correspondendo essencialmente a áreas urbanas, algumas delas de expansão recente. As situações são desiguais, todavia, ainda que a tendência dominante aponte para um reforço das freguesias onde se localiza a sede de concelho. É possível identificar três tipos fundamentais, que correspondem: um, a freguesias que, albergando a sede de concelho, vêm a perder população, nomeadamente entre 81 e 91, mas aumentaram a importância relativa no concelho (Alfândega da Fé, Murça, Ribeira de Pena, Torre de Moncorvo, Vila Flor ou Vila Pouca de Aguiar); outro, a freguesias onde a população

aumentou, enquanto o resto do concelho diminuiu (Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Mogadouro, Mondim de Basto ou Valpaços); e outro, a freguesias, algumas periféricas aos aglomerados urbanos, que aumentaram, por vezes significativamente (Samil, em Bragança; Outeiro Seco, Sanjurge, Vilar de Nantes, Vale de Anta, em Chaves; Godim e Vilarinho dos Freires, no Peso da Régua; ou Constantim, Lordelo, Mondrões e Nossa Senhora da Conceição, em Vila Real; Avões, Almacave e Sande, em Lamego). A freguesia de Folgosa, em Armamar, destaca-se dos tipos enunciados, porque, apesar de afastada da sede de concelho, tem uma variação positiva entre 81 e 91 ao beneficiar da proximidade do Peso da Régua.

No extremo oposto, referência para as que mais população perderam, a exemplo de Santa Marta da Montanha, em Vila Pouca de Aguiar, Gouvães do Douro, em Sabrosa, Contim em Montalegre, Sanfins, em Chaves, Amieiro em Alijó, Vila Boa de Ousilhão e Pinheiro Novo, em Vinhais, Castelo Branco e São Martinho do Peso, em Mogadouro, França, em Bragança com decréscimos entre 1981 e 1991 iguais ou superiores a -40%. Donões (-74%) e Viade de Baixo (-83%), em Montalegre, Pinheiro Novo (-73%) e Soeira (-70%), em Vinhais, Santo Amaro (-72%), em Vila Nova de Foz Côa, Picote, em Miranda do Douro (-90%), Parada de Monteiros (-71%), em Vila Pouca de Aguiar, ou Goujoim (-71%), em Armamar, são freguesias que desde meados do século perderam mais de 2/3 de população, ainda que as justificações possam ser diferenciadas.

A distribuição populacional, a par das concentrações urbanas existentes, permite igualmente identificar o desenho dos mais importantes traçados rodoviários que, unindo os diferentes aglomerados, possibilitam a permanência de populações nas freguesias por eles drenados, a exemplo da ligação Vila Real – Chaves ou Mirandela – Bragança.

1.3. Dimensão dos lugares, rede urbana e urbanidade

Os valores acima referidos demonstram, com evidência, o peso crescente dos aglomerados no Norte Interior. Trata-se de um processo de concentração urbana tanto ou mais significativo do que o declínio da população rural, sobretudo na medida em que vai condicionar a organização do território em Trás-os-Montes e Alto Douro nos anos futuros, possivelmente nas próximas décadas.

Dominam, em número e dimensão populacional, as localidades com população inferior aos 2000 habitantes, correspondendo a cerca de 77% do total da população. Apenas 8% dos transmontanos e durienses residem em localidades com mais de 10000 habitantes, enquanto 19% habita em localidades com 2000 ou mais habitantes, o que aponta globalmente para taxas de urbanização baixas e, em consequência, para a existência de uma dimensão ainda muito significativa da população rural.

Em torno de uma ruralidade em regressão e sobre um processo de concentração urbana

A rede urbana, perante estas características, apresenta-se desequilibrada nos níveis e na distribuição espacial. Por um lado, os aglomerados de maior dimensão têm valores semelhantes, enquanto o eixo Vila Real – Régua – Lamego, compreendendo três dos cinco aglomerados urbanos mais importantes, não só ocupa um localização excêntrica face ao Norte Interior, como essa excentricidade não é compensada com uma rede viária suficiente, ao que acresce a maior facilidade de ligação ao litoral.

Uma outra característica do crescimento das maiores cidades de Trás-os-Montes e Alto Douro prende-se ainda com a leitura dos valores por freguesia. Nas localidades com um tecido urbano mais consolidado, quando a cidade se estende por mais do que uma freguesia e onde as freguesias centrais são de menores dimensões, a variação populacional praticamente estagnou, não parecendo haver lugar a uma densificação do tecido urbano, enquanto o crescimento se processa para freguesias periféricas, numa extensão da malha construída, facto que de alguma forma poderá caracterizar o tipo de cidades do Norte Interior, na medida em que parecem existir algumas resistências essencialmente de natureza cultural à construção polifamiliar.

2. ESTRUTURA E MOVIMENTOS NATURAIS DA POPULAÇÃO

O processo de esvaziamento populacional verificado e a tendência para a concentração urbana têm, necessariamente, importantes implicações em diferentes domínios que se reflectem nos indicadores populacionais, nomeadamente através da recomposição da estrutura da população tanto no que respeita à estrutura etária como nos efeitos sensíveis que causam na variação da natalidade e da mortalidade.

2. 1. *Estrutura Etária*

O esvaziamento populacional, empolado por ocorrer num período relativamente reduzido, tem como consequência, entre outras, a diminuição dos grupos etários intermédios, ou seja, a diminuição da população em idade fértil e potencialmente activa provoca perdas nos níveis mais jovens por um duplo efeito na medida em que diminui a natalidade e o número médio de filhos por casal, por diversas razões conhecidas de entre as quais se destaca o trabalho feminino e o aumento dos níveis de instrução. Outra consequência respeita ao aumento, tanto em termos relativos como absolutos, dos níveis etários mais elevados, na medida em que são os mais velhos que vão ficando, usufruindo cumulativamente de uma esperança média de vida mais dilatada. Se os valores relativos são expressivos, na

medida em que, entre 1960 e 1991, o grupo dos 0 aos 14 anos diminuiu de 34,2% para 20,7% e o grupo dos 65 e mais anos aumentou de 6,6% para 16,5%, são-nos também os valores absolutos, porque o primeiro grupo perdeu cerca de 100 000 indivíduos e o segundo ganhou 40 000.

Estrutura etária da população do Norte Interior, nas classes de jovens (0 a 14 anos) e idosos (65 e mais anos)

		0 a 4	5 a 9	10 a 14	65 a 69	70 a 74	75 e >
Vila Real e Bragança	1960	12,2	11,5	10,5	2,5	1,9	2,2
Douro e Alto Trás-os-Montes	1991	5,3	6,8	8,6	5,9	4,3	6,3

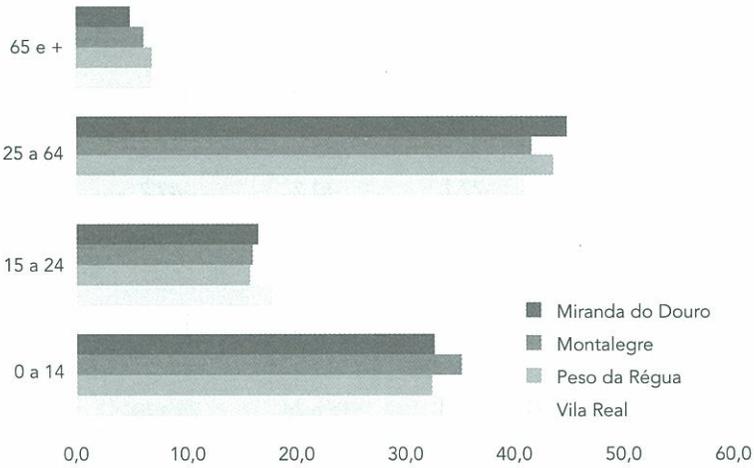
O efeito repulsivo do interior é seguramente responsável pela rapidez e dimensão das alterações registadas. Entre 1960 e 1981, em Trás-os-Montes e Alto Douro, as perdas são superiores aos 138 mil habitantes e a diminuição ao longo da década de oitenta regista valores próximos dos 64 mil de habitantes, traduzindo taxas de repulsão elevadas nas Nut's Douro (-11,3%) e Alto Trás-os-Montes (-15,1%), respectivamente 2,4 e 3 vezes superior à média da Nut Norte, valores que permitem entrever a dimensão aproximada do fenómeno. Uma parte muito significativa da população que abandonou o Norte Interior seguiu os caminhos da emigração e, ao longo das décadas de sessenta e setenta, 74 mil habitantes emigraram legalmente, ou seja, o equivalente a mais de metade (53%) das perdas populacionais registadas neste período.

Recuperando as dinâmicas concelhias antes referenciadas, torna-se também evidente, ao nível da alteração da estrutura etária, que os concelhos sujeitos a maiores diminuições populacionais vêm potenciados a diminuição dos grupos mais jovens e o aumento dos mais idosos, enquanto os concelhos com menores diminuições e com tendência para a estabilização perderam menos jovens e os idosos aumentaram menos, numa perspectiva percentual.

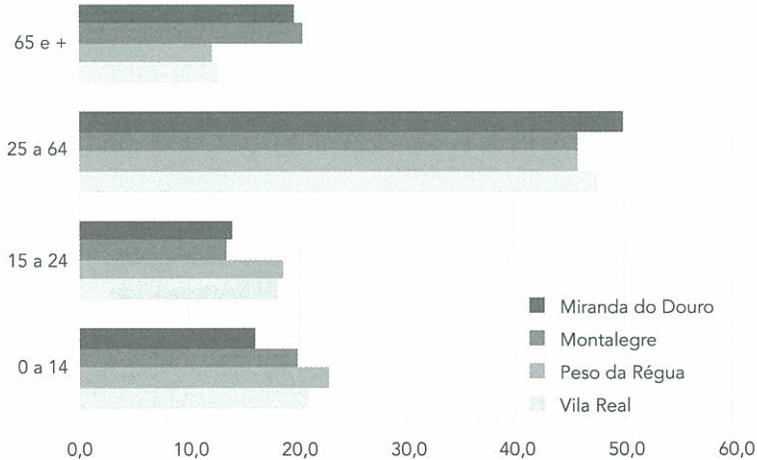
A estrutura etária das populações dos concelhos apresenta-se de tipo constritivo, traduzida por variações absolutas negativas muito significativas, sobretudo nas classes mais jovens, e aumentos nos níveis etários mais elevados. Particularizando o concelho de Vila Real, por se tratar daquele que tem maior dimensão, verifica-se que apenas nas classes de 0 a 19 anos e de 50 a 54 se registaram perdas populacionais. Este facto parece traduzir a existência de dinâmicas próprias neste concelho, e eventualmente noutros do Norte Interior, na medida em que não acontecem perdas generalizadas de população entre todos os grupos etários, antes, com pressupostos e conclusão a confirmar, poder-se-á identificar um processo de «transição demográfica» numa aplicação simplista do modelo, representando, por isso, a con-

Gráfico 4 – Estrutura etária da população, por concelho (em %)

1960



1992



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

firmiação da conquista, do atingir, de níveis mais elevados de desenvolvimento em algumas bolsas transmontanas e durienses [gráfico 4].

Seguramente este facto, ainda que determinante, não permite escamotear a restante realidade nem será só por si suficiente para alterar as demais dinâmicas instaladas, mas poderá confirmar tendências de viragem indubitáveis que acompanham o decorrer dos anos noventa.

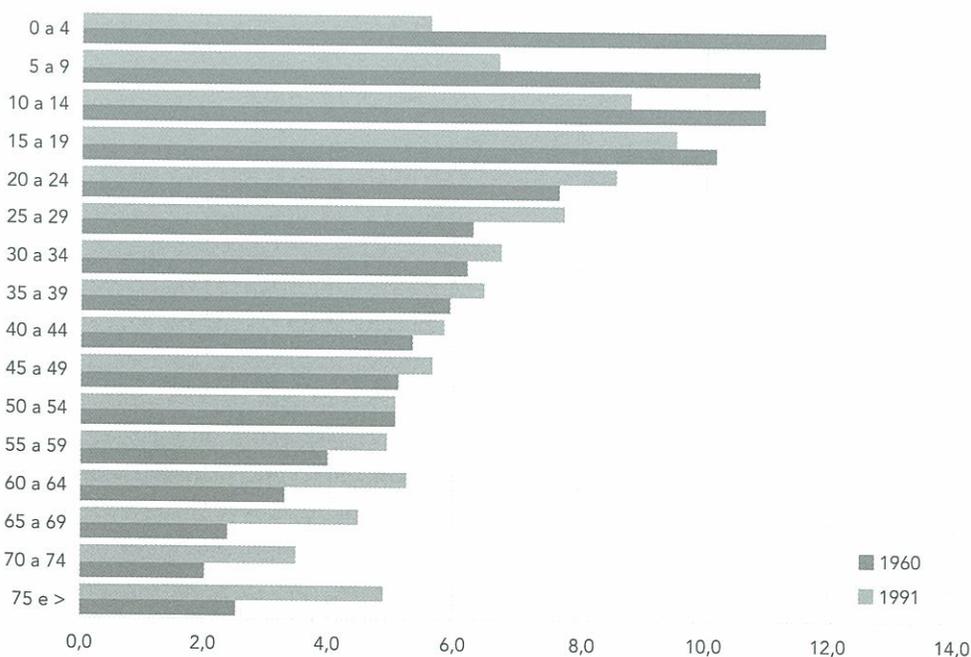
Varição, entre 1960 e 91, dos valores absolutos por grupo etário

	0 a 14	15 a 24	25 a 64	65 e +
Vila Real	-39,4	-1,6	12,1	79,9
Peso da Régua	-33,7	11,2	-0,3	65,9
Montalegre	-73,2	-60,9	-48,4	56,1
Miranda do Douro	-77,7	-61,7	-49,2	83,6

Varição, entre 1960 e 91, dos valores percentuais por grupo etário

	0 a 14	15 a 24	25 a 64	65 e +
Vila Real	-12,7	0,3	6,5	5,9
Peso da Régua	-10,0	2,7	2,1	5,3
Montalegre	-15,3	-2,8	3,8	14,3
Miranda do Douro	-17,0	-2,8	4,8	14,9

Gráfico 5 – Estrutura etária da população do concelho de Vila Real (em %)



Em torno de uma ruralidade em regressão e sobre um processo de concentração urbana

2.2. Movimentos naturais da população

O comportamento da natalidade e da mortalidade em Trás-os-Montes e Alto Douro é o «normal» para uma população sujeita a perdas tão significativas num período relativamente reduzido. De um modo geral, a taxa de natalidade decresceu muito rapidamente, enquanto a taxa de mortalidade aumentou, ainda que a esperança de vida também tenha aumentado. O grande acréscimo do peso dos grupos etários mais elevados no total da população, com valores excessivos decorrentes de uma pirâmide etária desequilibrada, permite justificar a segunda característica enunciada.

Os efeitos do envelhecimento populacional reflecte-se também, muito expressivamente, na natalidade, de tal forma que dos concelhos considerados apenas sete têm taxas de natalidade superiores a 10‰ e ao longo de 1996 nasceram menos de 100 crianças em 2/3 dos concelhos, sendo o valor mais baixo o de Freixo com 22 nascimentos.

Variação das taxas de natalidade e mortalidade (%)

	1981		1990		1993		1996	
	Nat.	Mort.	Nat.	Mort.	Nat.	Mort.	Nat.	Mort.
Douro	16,6	11,4	11,5	13,0	10,4	12,2	9,4	11,7
Alto Trás-os-Montes	15,2	11,5	10,6	12,2	9,0	13,6	8,5	13,0
Boticas	13,1	12,2	8,3	14,3	7,1	13,5	5,8	17,2
Freixo de Espada-à-Cinta	12,2	11,4	6,6	16,4	7,5	15,5	4,7	21,0
Mesão Frio	19,1	12,2	12,9	12,0	13,3	9,4	11,8	10,4
Vila Real	17,1	9,3	11,3	10,0	11,9	10,7	11,3	9,8

Em 1996 o saldo natural era positivo apenas em Lamego (mais 2 nascimentos), Mesão Frio (7), Tarouca (1) e Vila Real (70), contrastando fortemente com o que acontecia no início da década de oitenta, quando, apesar da sangria populacional que se manifesta sobretudo desde os anos sessenta, apenas nos concelhos de Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa, Montalegre e Vimioso, o saldo natural era negativo.

3. TÓPICOS DE REFLEXÃO A RETER E A DESENVOLVER

As referências insistentemente produzidas, com diferentes origens, a propósito da desertificação do interior, tem toda a pertinência perante a frieza dos números. A frequência com que os *mass media*, políticos ou académicos, se lhe referem

perante a debilidade e até ineficácia das soluções e acções implementadas, tendem a transformar num *lugar-comum* a questão mais decisiva para a sobrevivência do interior, podendo, entre outros efeitos perversos, desembocar na indiferença.

De qualquer forma, Trás-os-Montes e Alto Douro perdem população pelo menos desde a segunda metade do século passado, ainda que, em termos gerais, o saldo natural só ao longo dos anos oitenta tenha registado valores negativos. Este período é, assim, determinante na evolução populacional do Norte Interior porque significa a incapacidade de substituição geracional e, conseqüentemente, a continuação e a inevitável aceleração do declínio da população.

Algumas áreas de matriz urbana tem, contudo, comportamentos dissonantes do restante território. Os principais aglomerados, ainda que representem uma parte menor do total da população – os aglomerados com 2000 habitantes ou mais correspondem a 20% –, encerram as áreas mais dinâmicas, aquelas cujo decréscimo parece atenuar-se. Neste grupo reúne-se também a maioria das sedes de concelho, onde o efeito «administração pública» tem sido suficiente para impedir as perdas generalizadas de população. São, por isso, as freguesias urbanas aquelas que aumentam, num processo de concentração urbana, uma urbanização mitigada, que assenta na sobrevivência urbana e na decadência rural, pelo menos no que respeita à reprodução da matriz tradicional. Nesta linha, a distribuição do emprego primário e terciário, bem como a expressão dos valores registados, afigura-se esclarecedora sobre as características da população.

A leitura das variáveis permite definir com nitidez um quadro caracterizador das áreas mais dinâmicas onde andam interligados: população jovem mais numerosa – saldo natural positivo, ainda que baixo – aumentos populacionais entre 1981 e 1991 – população activa com emprego no terciário – áreas urbanas. Há um outro quadro absolutamente antagónico que caracteriza as áreas menos dinâmicas e também mais periféricas.

Mas, apesar de um quadro geral pouco favorável na vertente populacional, outros indicadores sobretudo relacionados com a qualidade de vida têm sofrido mudanças rápidas e positivas, desde o consumo de energia, equipamento do lar, motorização automóvel, rede telefónica, rede de equipamentos e manifestações culturais, entre tantos outros.

O cenário geral apresentado ao longo deste texto revela algumas componentes francamente desmotivadoras que põem em evidência a incapacidade das soluções e dos meios disponíveis para, de forma rápida e eficaz, debelar os principais problemas verificados. As ténues recuperações que se anunciam não obstam a que continue a ser cada vez mais fácil encontrar uns parceiros de mesa para o *chinchalhão*, entre os grupos de reformados, do que constituir duas equipas, entre os mais jovens, para dar uns pontapés numa bola. Mas, neste território nortenho e interior, será necessário encontrar soluções potenciadoras das dinâmicas identifi-

Em torno de uma ruralidade em regressão e sobre um processo de concentração urbana

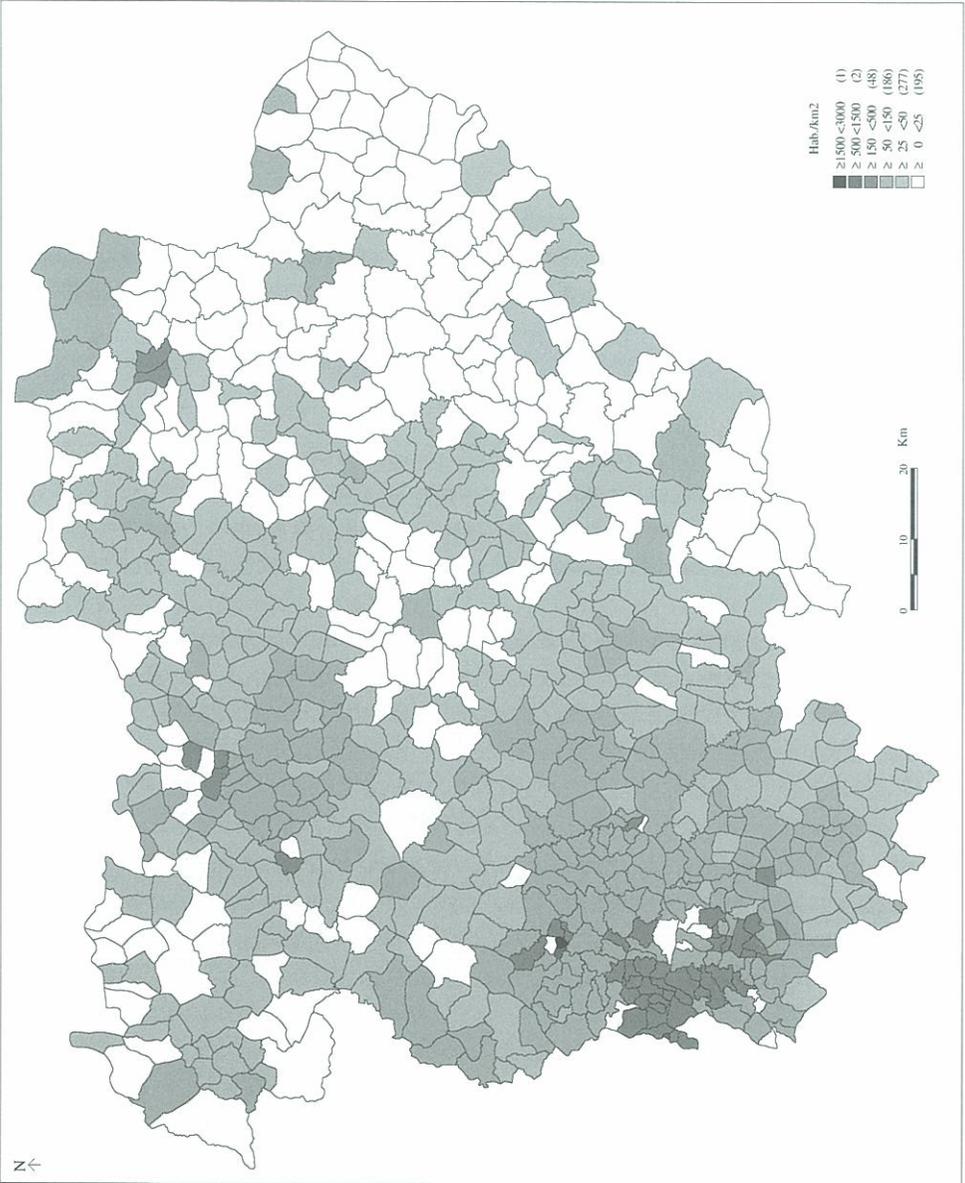
cáveis que deverão contribuir para descobrir os caminhos mais adequados às necessárias transformações a implementar, sendo manifesto que a população se perspectiva como a componente mais decisiva, no arranque do milénio, para o consubstanciar do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROTEIA, Jorge Carvalho – *A evolução demográfica Portuguesa. Reflexões e perspectivas*. Lisboa: Ministério da Educação: Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, 1984.
- GASPAR, Jorge – *As Regiões Portuguesas*. Lisboa: Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1993.
- LEMA, Paula Bordalo – *Desenvolvimento das funções centrais em Trás-os-Montes*. 1980. Tese de doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MARQUES, Helder – *Região Demarcada dos Vinhos Verdes*. «Revista da Faculdade de Letras – Geografia». Porto. I Série, vol. 3, (1987), p. 135-242.
- PEREIRA, Gaspar Martins – *A viticultura duriense e o vinho do Porto na época contemporânea*. «DOURO – Estudos & Documentos». Porto: GEHVID. Ano 1, nº 2, (1996), p. 155-165.
- PEREIRA, Gaspar Martins – *O Douro: a vinha, o vinho e a região de Pombal a João Franco*. Porto: CENPA, 1990.
- RIBEIRO, Orlando – *Introduções Geográficas à História de Portugal: Estudo Crítico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977. (Colecção Estudos Portugueses).
- SILVA, Francisco Ribeiro da – *Do Douro ao Porto: o protagonismo do vinho na Época Moderna*. «DOURO – Estudos & Documentos». Porto: GEHVID. Ano 1, nº 2 (1996), p. 93-118.
- TABORDA, Vergílio – *Alto Trás-os-Montes. Estudo Geográfico*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932.

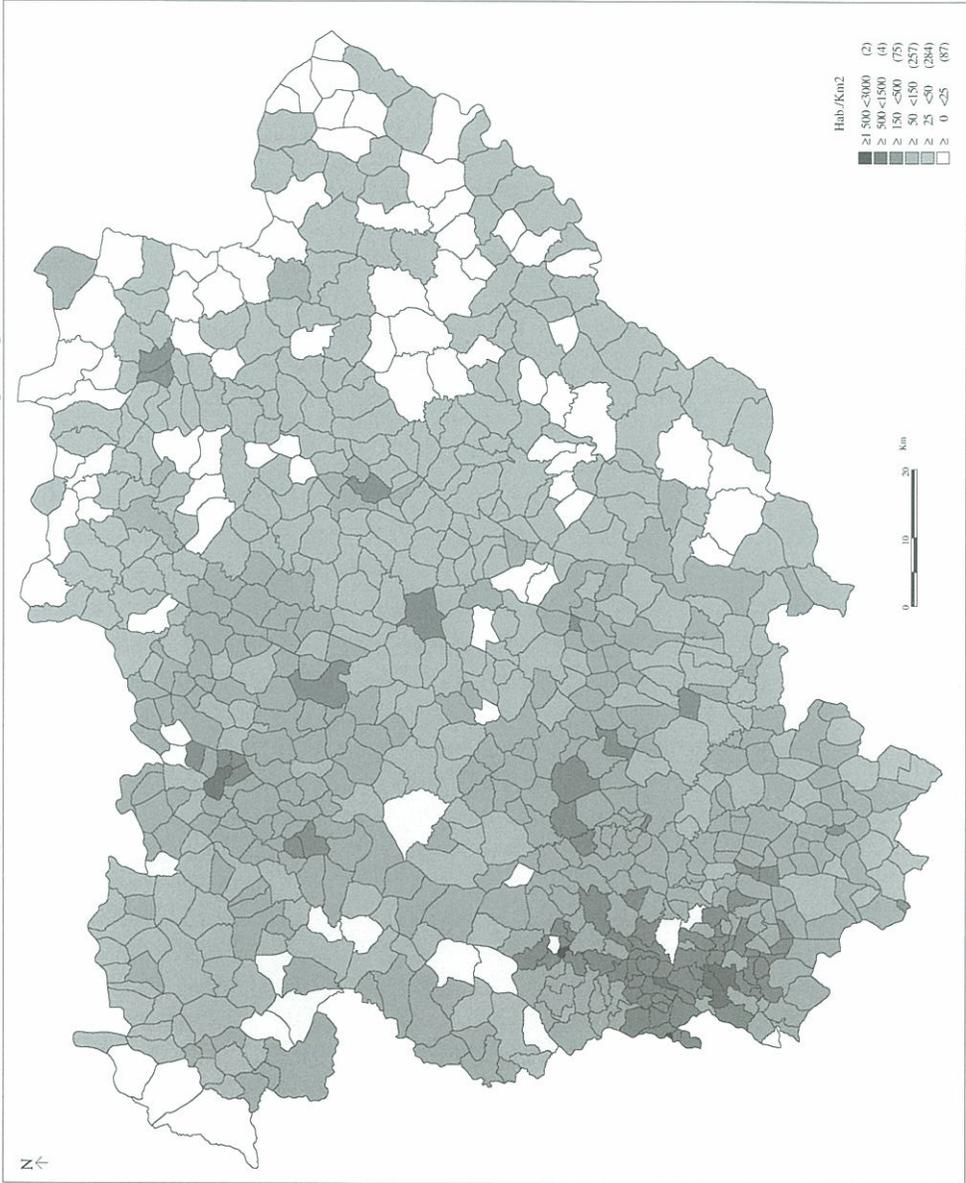
ANEXO CARTOGRÁFICO

Densidade populacional em Trás-os-Montes e Alto Douro em 1864, por freguesia

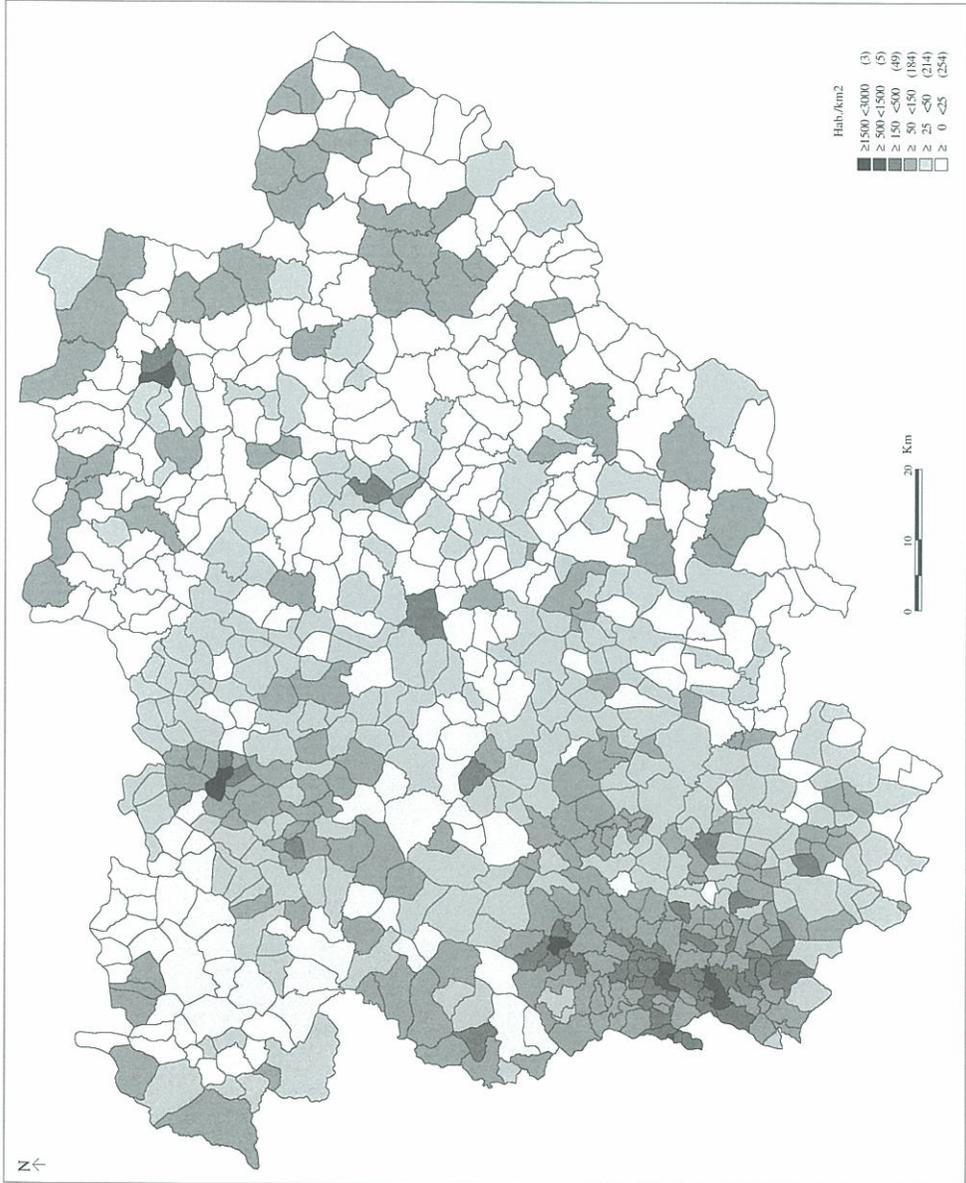


Fontes: INE / GEDES-ACINP

Densidade populacional em Trás-os-Montes e Alto Douro em 1950, por freguesia

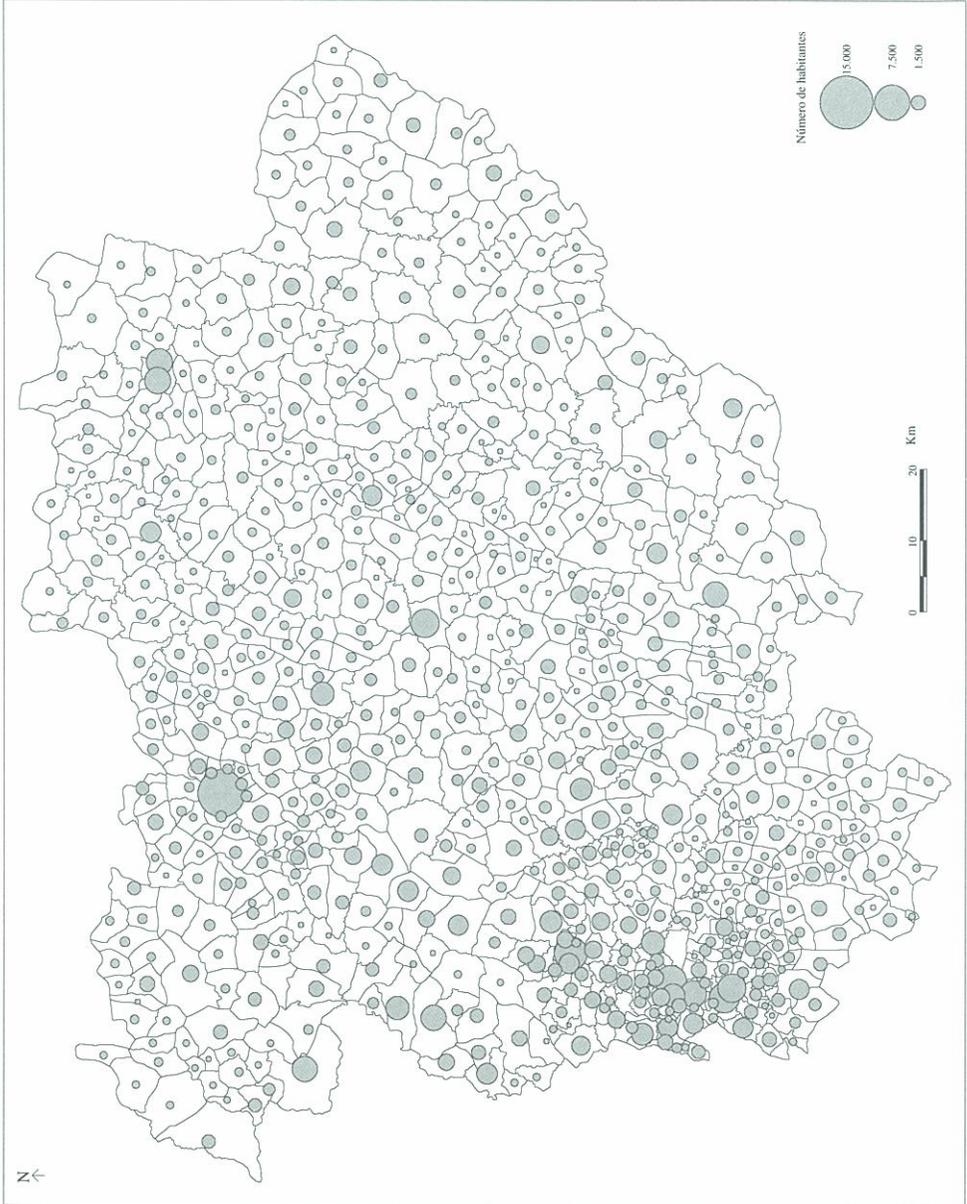


Densidade populacional em Trás-os-Montes e Alto Douro em 1991, por freguesia

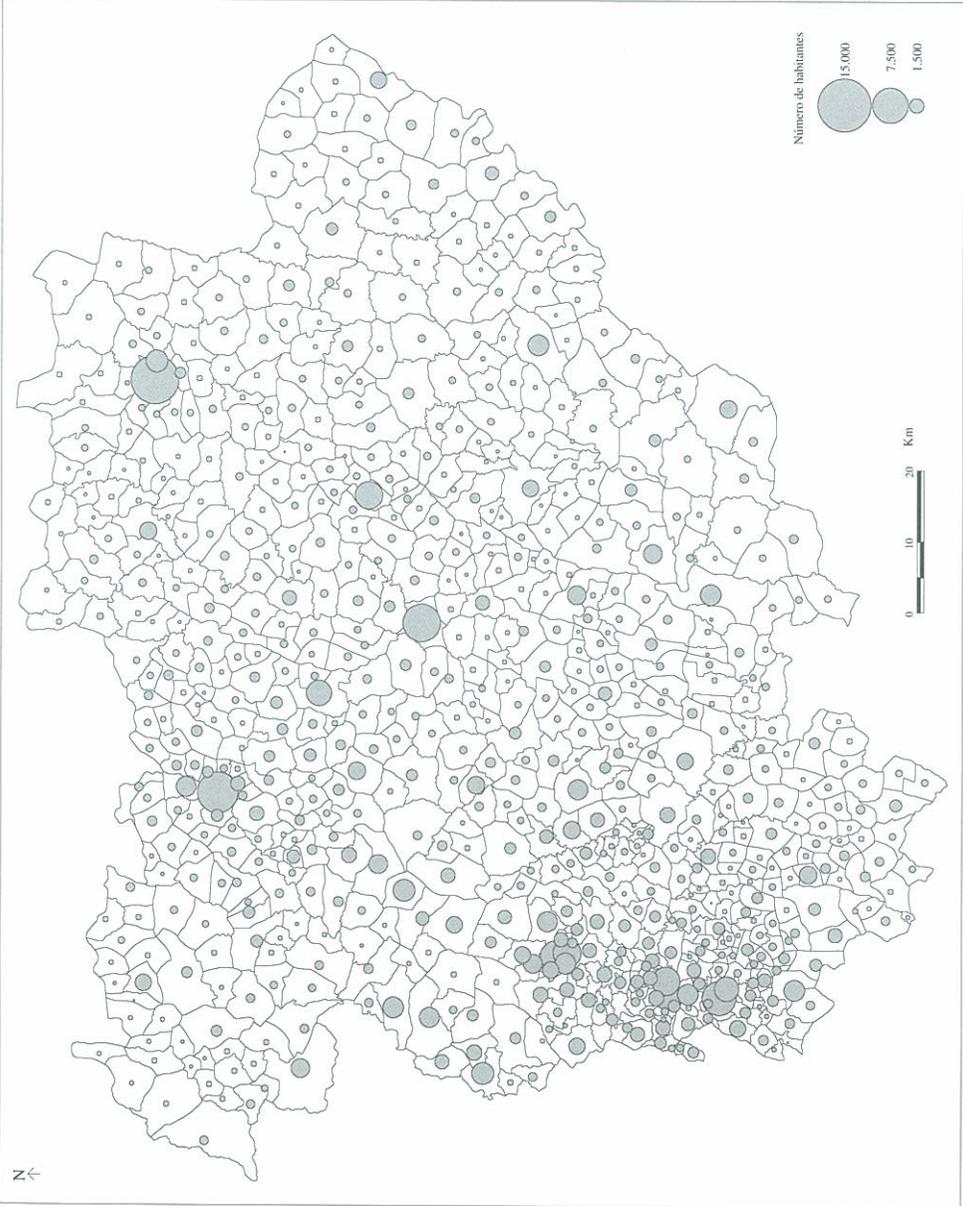


Fontes: INE / GEDES-ACINP

População residente em Trás-os-Montes e Alto Douro em 1950, por freguesia

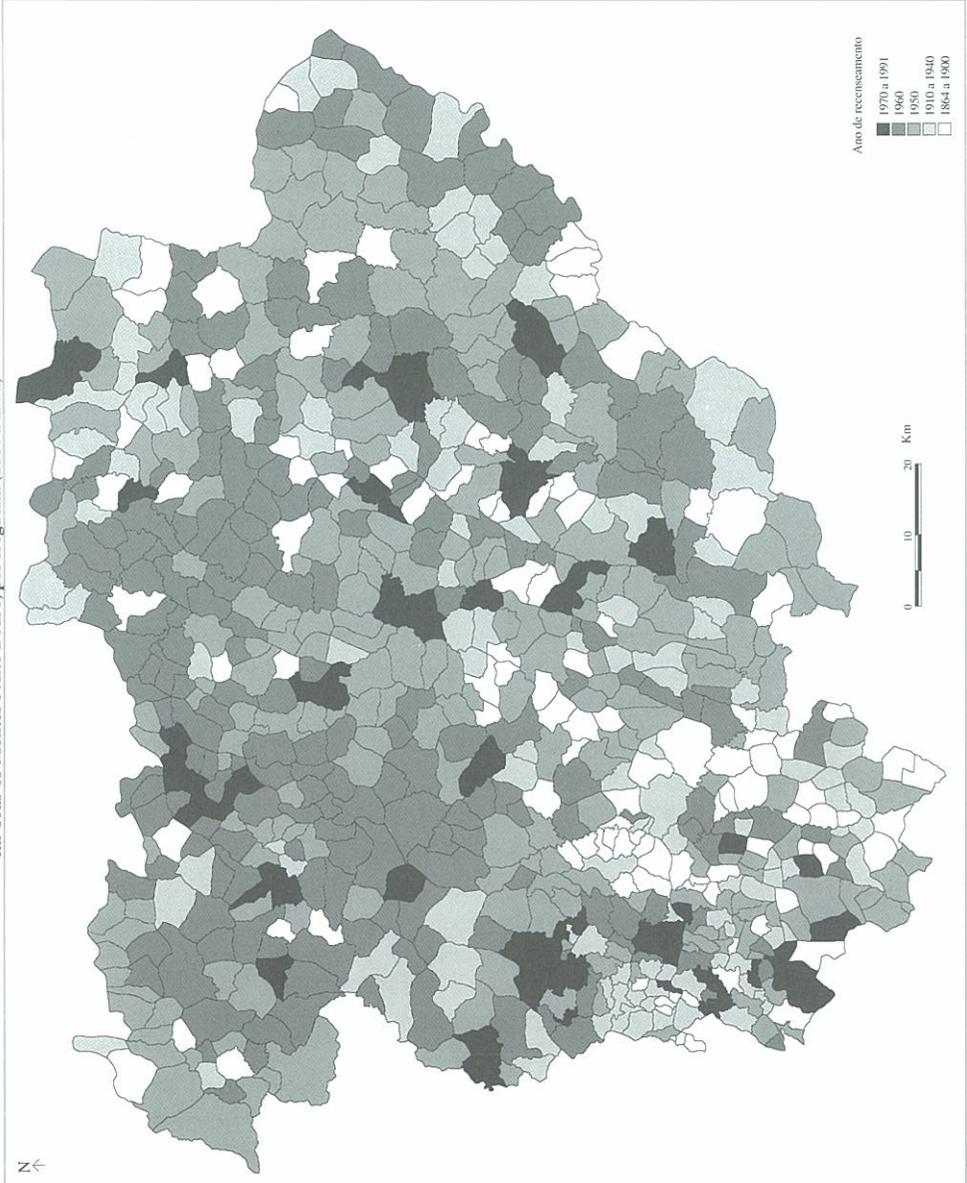


População residente em Trás-os-Montes e Alto Douro em 1991, por freguesia

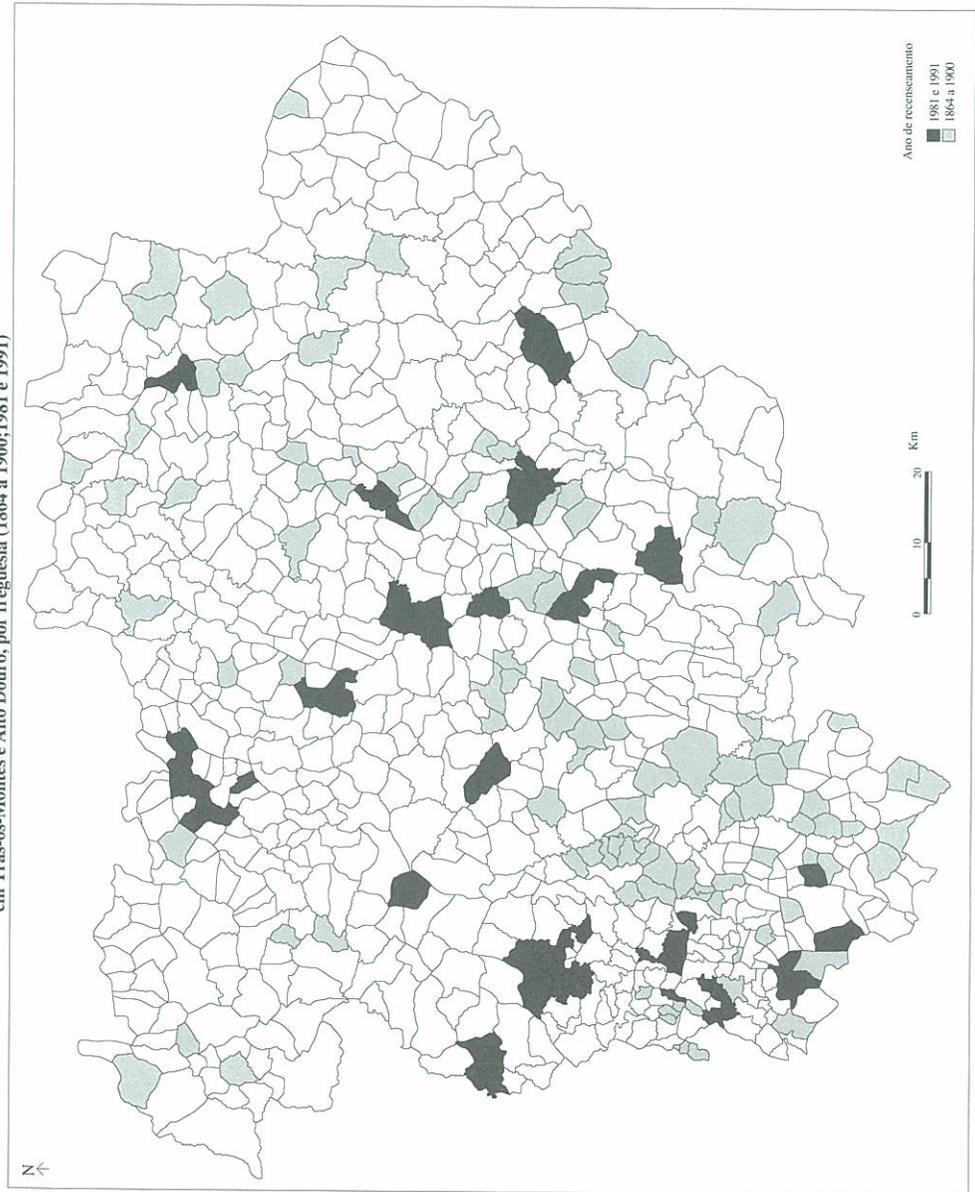


Fontes: INE / GEDES-ACINP

Ano de recenseamento em que foram registados os valores máximos da população em Trás-os-Montes e Alto Douro, por freguesia (1864 a 1991)

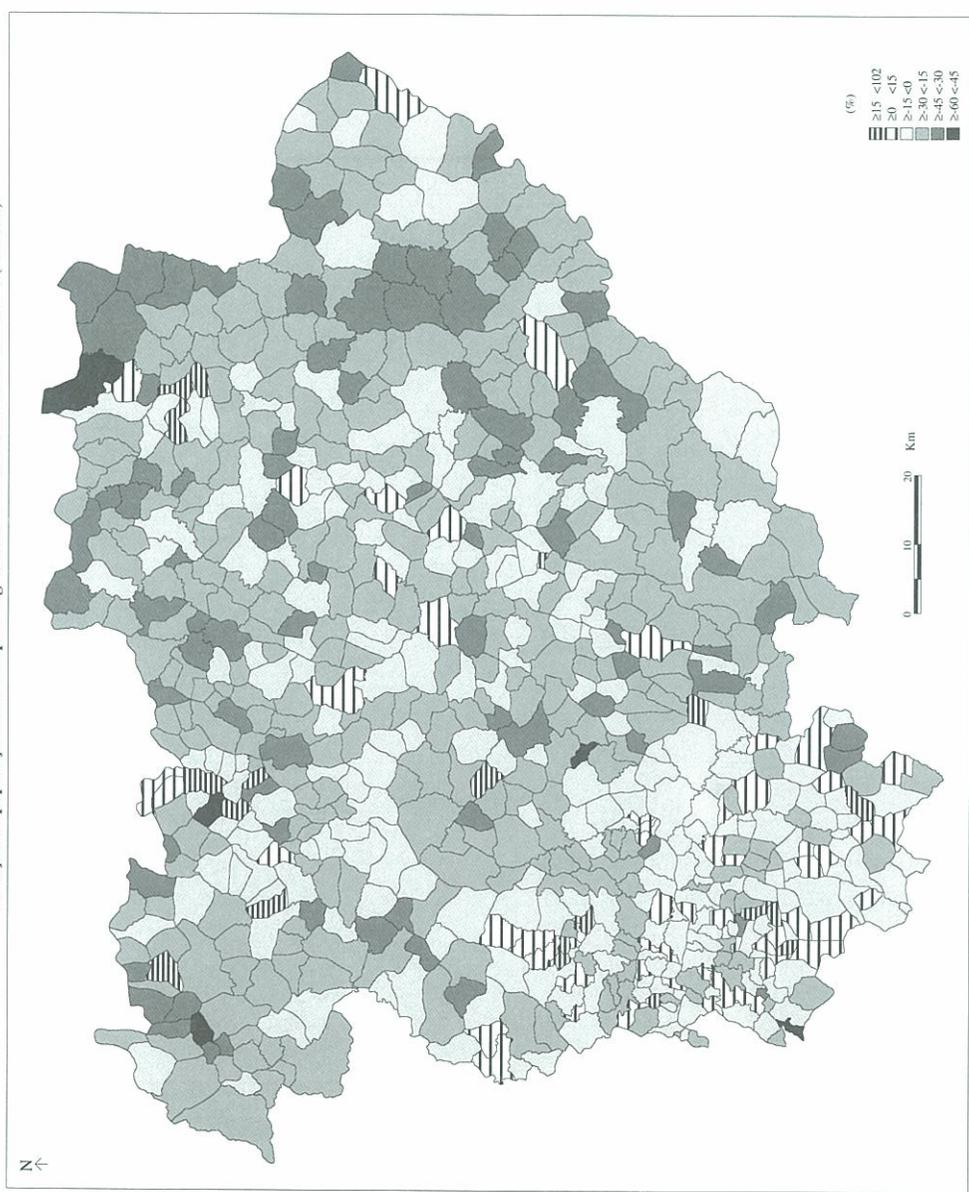


Ano de recenseamento em que foram registados os valores máximos da população em Trás-os-Montes e Alto Douro, por freguesia (1864 a 1900; 1981 e 1991)



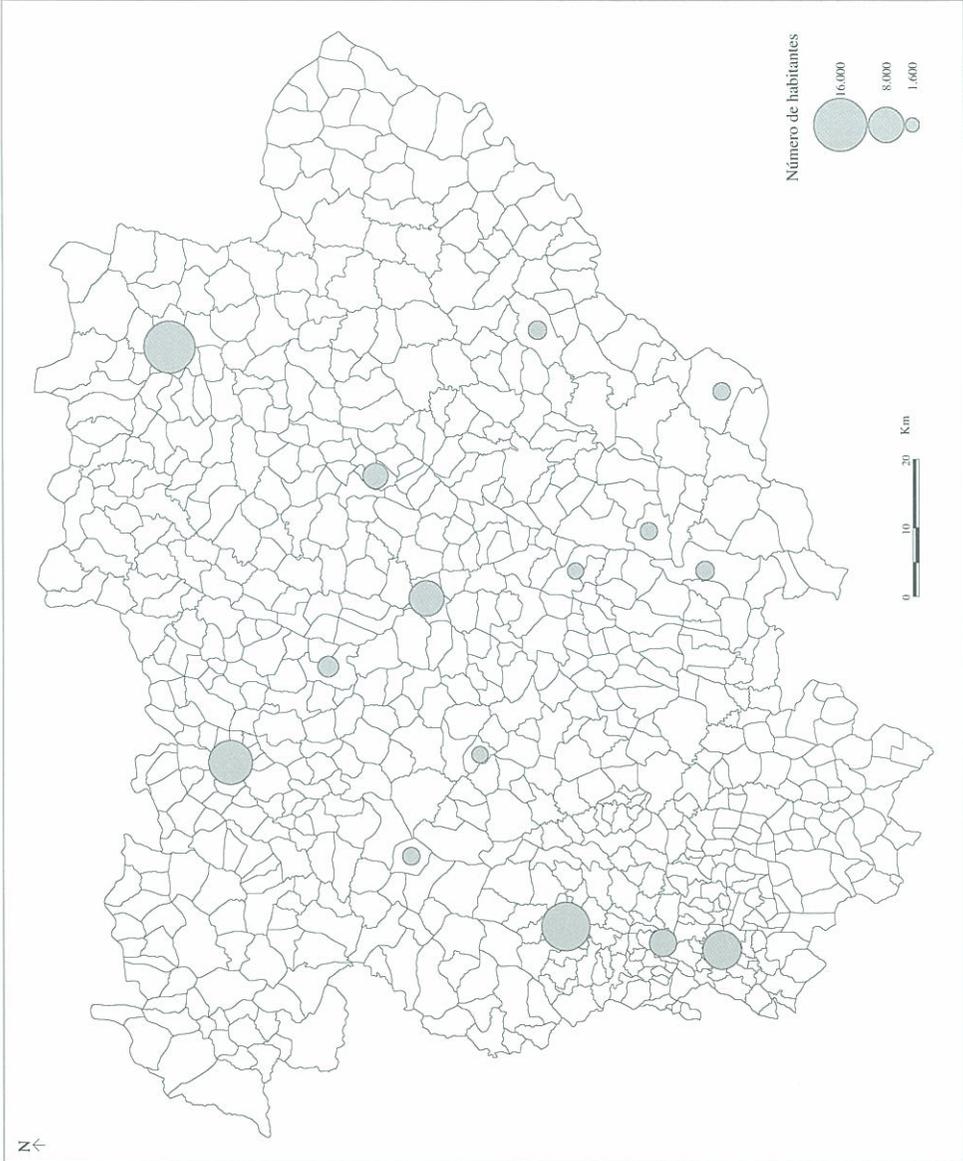
Fontes: INE / GEDES-ACINP

Variação da população residente por freguesia em Trás-os-Montes e Alto Douro (1981/91)



Fomes: INE / GEDIS-ACINP

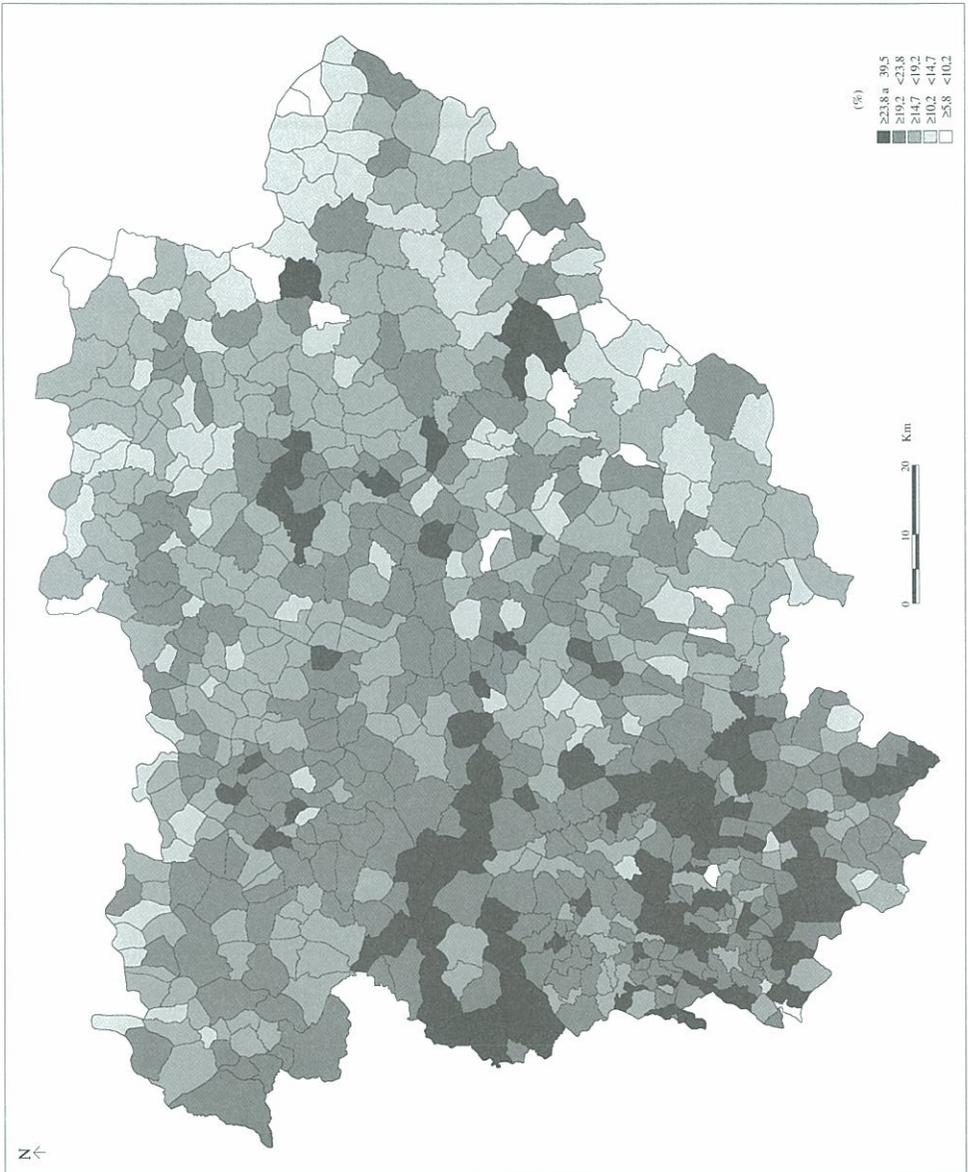
Hierarquia da rede urbana de Trás-os-Montes e Alto Douro, em 1991
(centros urbanos com mais de 2000 habitantes)



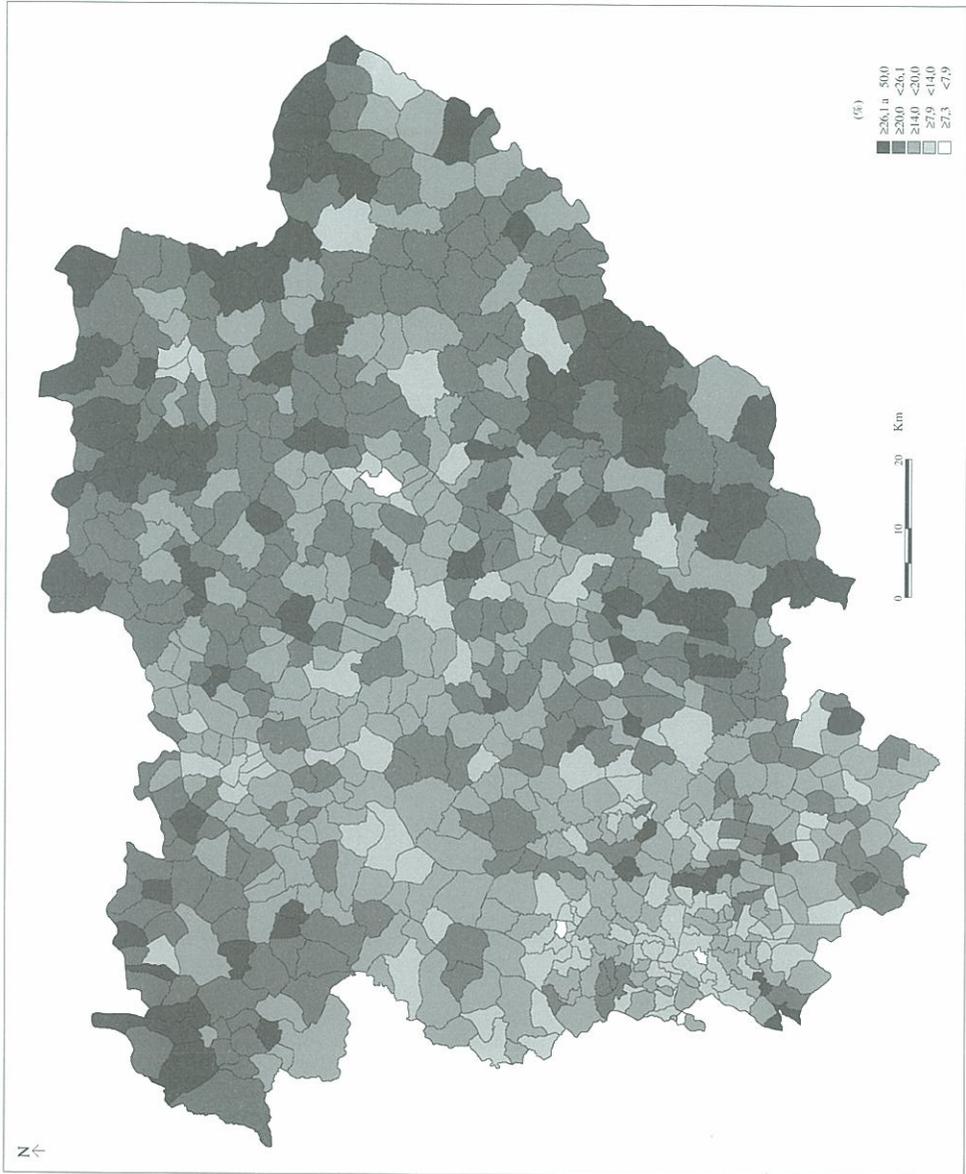
Estrutura etária da população residente de Trás-os-Montes e Alto Douro em 1991, por freguesia



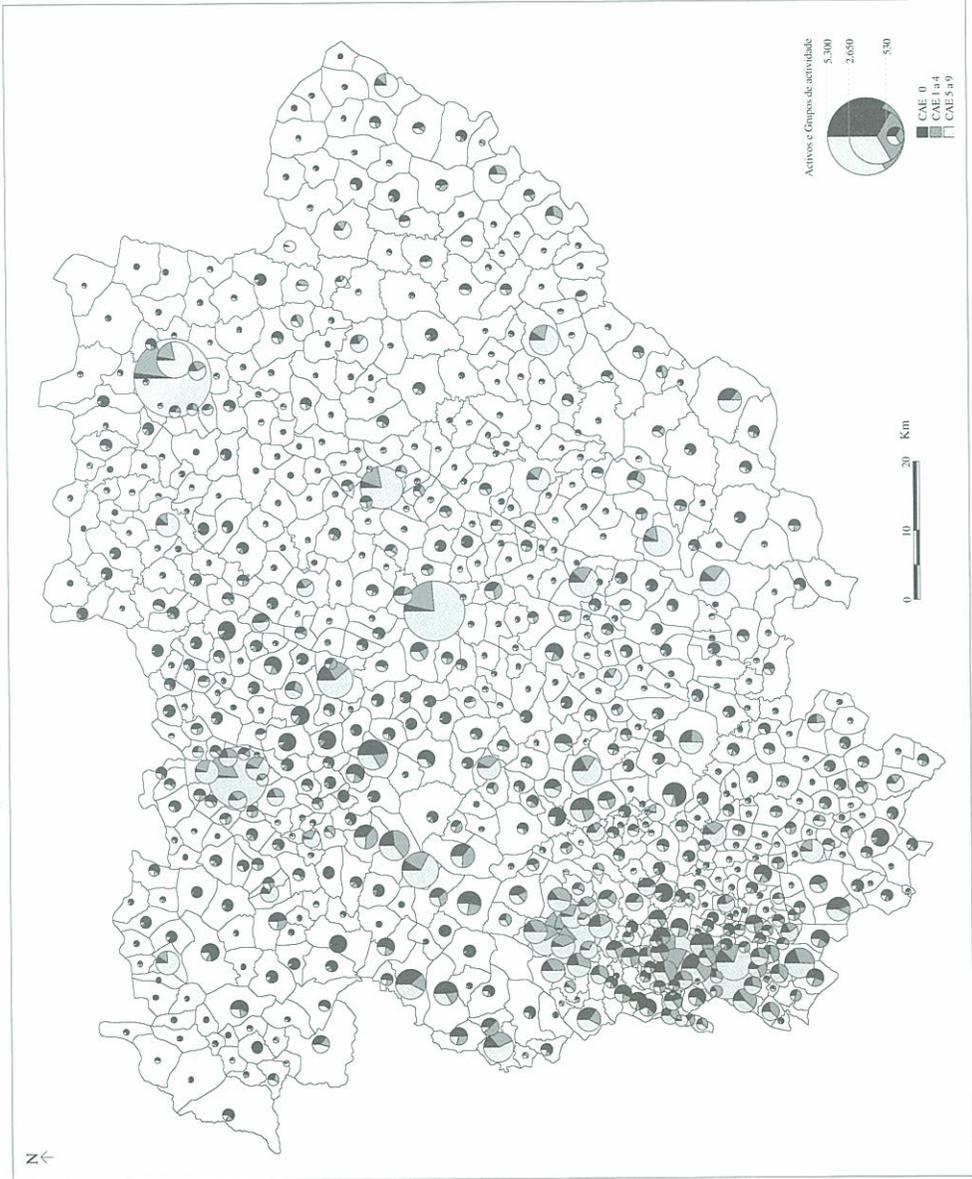
Estrutura etária da população residente de Trás-os-Montes e Alto Douro, em 1991
(classe dos 0 a 14 anos por freguesia em percentagem)



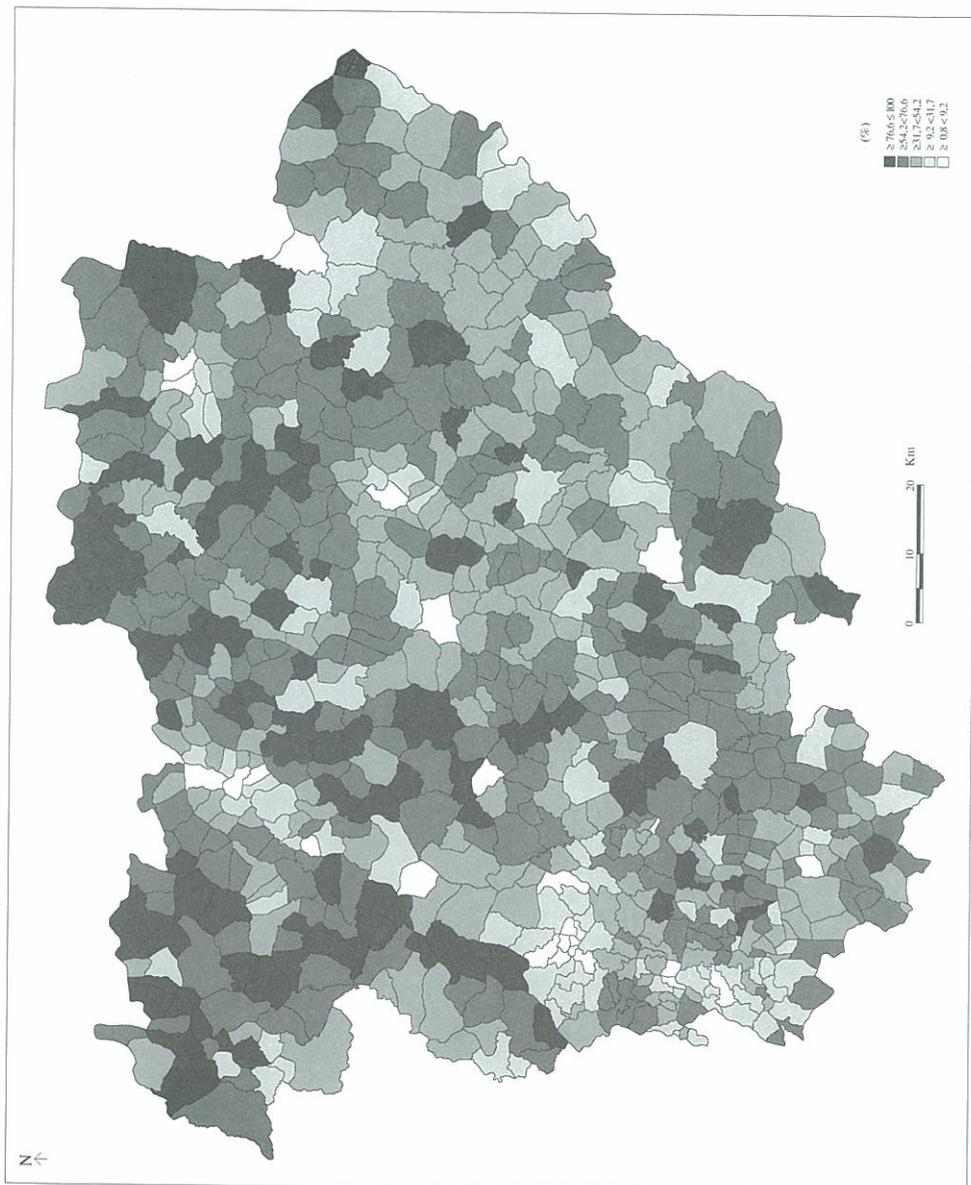
Estrutura etária da população residente de Trás-os-Montes e Alto Douro, em 1991
(classe dos 65 e mais anos por freguesia em percentagem)



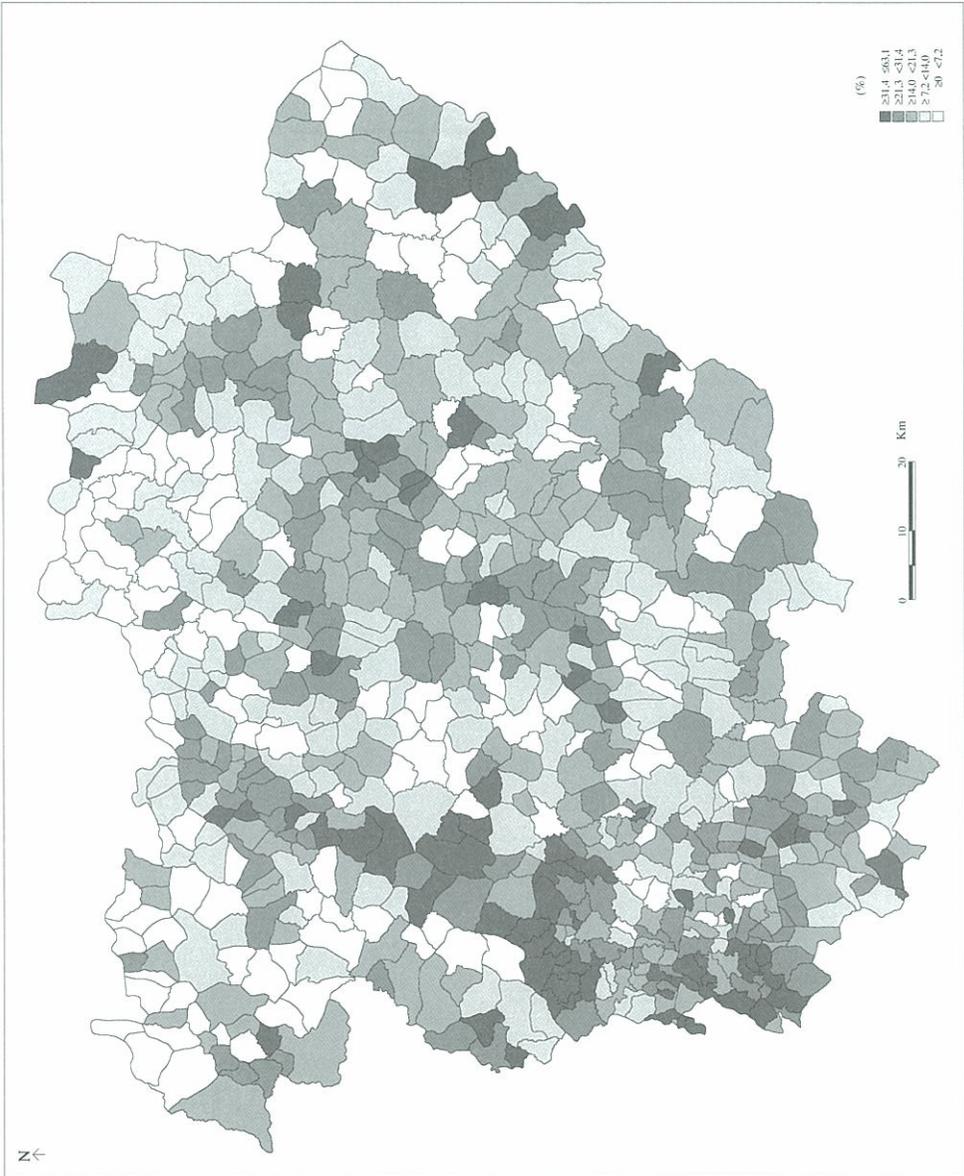
Estrutura da população residente activa por ramos de actividade económica, por freguesia, em Trás-os-Montes e Alto Douro (1991)



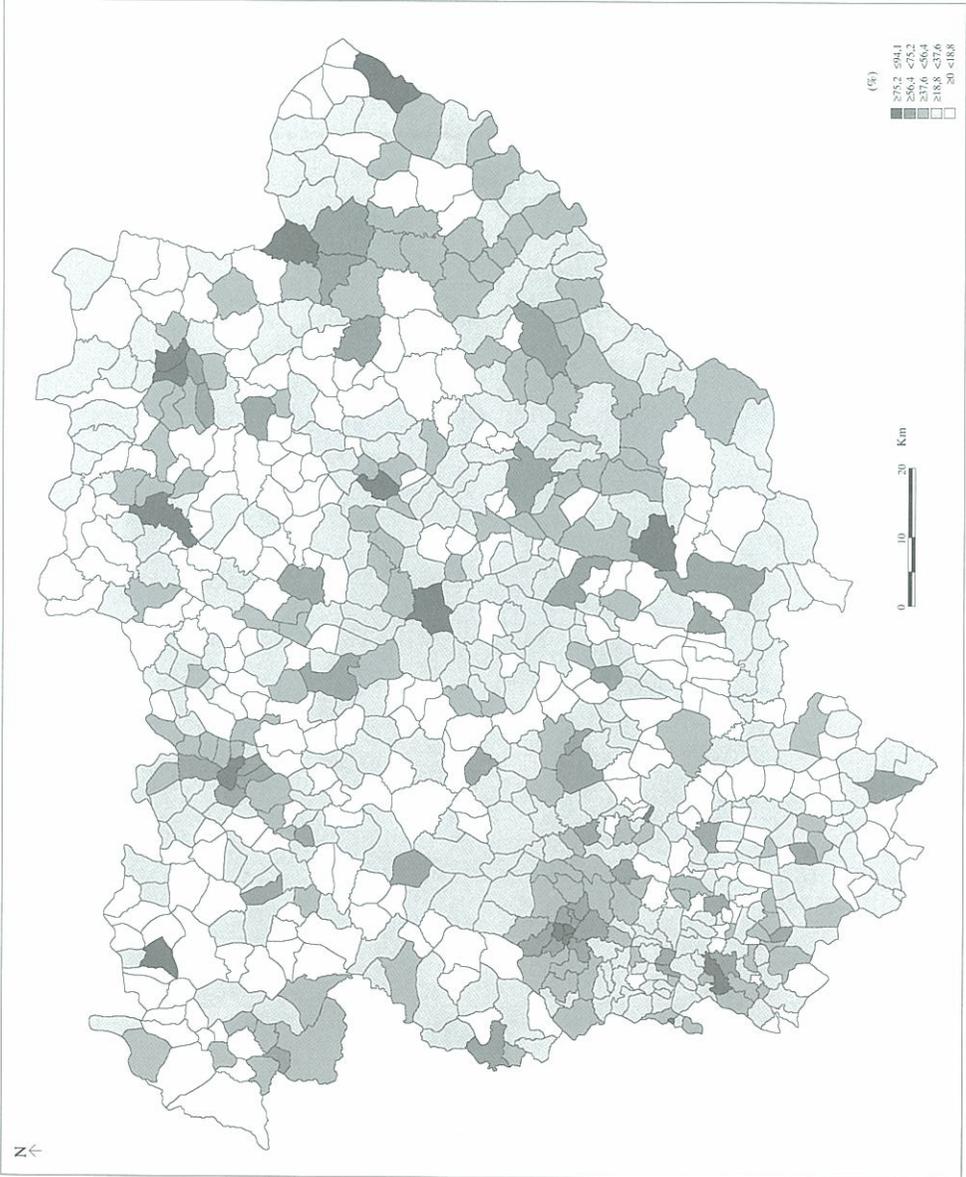
Estrutura da população residente activa por ramo de actividade económica em Trás-os-Montes e Alto Douro, em 1991 (grupo C.A.E. 0 por freguesia, em percentagem)



Estrutura da população residente activa por ramo de actividade económica em Trás-os-Montes e Alto Douro, em 1991 (grupos C.A.E. 1-4 por freguesia, em percentagem)



Estrutura da população residente activa por ramo de actividade económica em Trás-os-Montes e Alto Douro, em 1991 (grupos C.A.E. 5-9 por freguesia, em percentagem)



Índice alojamento/edifício em Trás-os-Montes e Alto Douro por freguesia (1991)

